

PROJETOS DE EXTENSÃO NO CONTEXTO AMBIENTAL: estudo dos projetos desenvolvidos em 2017 e 2018 pelo IFPB campus Monteiro

*EXTENSION PROJECTS IN THE ENVIRONMENTAL CONTEXT: study of projects
developed in 2017 and 2018 by IFPB campus Monteiro*

Rômulo Wilker Neri de Andrade¹
Pedro Henrique Pinheiro Xavier Pinto²



RESUMO

As atividades de extensão universitária associadas à educação ambiental permitem transformar a postura da população quanto à responsabilidade socioambiental, nos mais diversos espaços. Neste contexto, este estudo buscou analisar as contribuições dos projetos de extensão desenvolvidos nos anos de 2017 e 2018 pelo *campus* Monteiro do Instituto Federal da Paraíba, relacionados ao eixo do meio ambiente, a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, a pesquisa exploratória de abordagem quali-quantitativa, utilizou uma base secundária de informações de 24 projetos de extensão realizados pelo *campus* nos anos estudados. Dentre os projetos analisados, quatro se relacionaram com as questões ambientais, sendo um do ano de 2017 e três do ano de 2018. Após avaliados, a partir dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas metas, verificou-se que os projetos conseguiram contribuir em 8 objetivos e 15 metas nacionais, que promovam a troca de conhecimento, a valorização do pensamento crítico, o diálogo, a experiência na prática, a parceria entre o instituto e outros entes, o enfrentamento dos desafios do século XXI e a resposta aos compromissos internacionais ligados a Agenda 2030. Com isso, este estudo permitiu iniciar a discussão sobre a avaliação de projetos de extensão no *campus*.

Palavras-chave: Agenda 2030, Educação Ambiental, Avaliação de Projetos de Extensão, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

University extension activities associated with environmental education allow for a transformation in the population's stance towards socio-environmental responsibility, in various spaces. In this context, a study aimed to analyze the contributions of extension projects developed in 2017 and 2018 by the Monteiro campus of the Federal Institute of Paraíba, related to the environmental axis, based on the Sustainable Development Goals. For this purpose, an exploratory qualitative-quantitative approach was used, utilizing a secondary database of information on 24 extension projects carried out by the campus in the years studied. Among the analyzed projects, four were related to environmental issues, one from 2017 and three from 2018. After evaluation based on the 17 Sustainable Development Goals and their targets, it was found that the projects were able to contribute to 8 goals and 15 national targets, promoting the exchange of knowledge, the appreciation of critical thinking, dialogue, practical experience, partnership between the institute and other entities, addressing the challenges of the 21st century and responding to international commitments related to the 2030 Agenda. Thus, this study allowed for the initiation of a discussion on the evaluation of extension projects at the campus.

Keywords: Agenda 2030, Environmental Education, Evaluation of Extension Projects, Sustainable Development Goals.

¹ Docente do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Campus Natal Zona Leste, Natal, Rio Grande do Norte – Brasil; romulo_wilker@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-8507-6335> ou <http://lattes.cnpq.br/5753728802510908>

² Docente do Instituto Federal da Paraíba – Campus Esperança, Esperança, Paraíba – Brasil; pedro.pinto@ifpb.edu.br; <http://lattes.cnpq.br/4102198491512371>

Introdução

A sensibilização ambiental passou a ser vista como uma poderosa ferramenta na busca por desenvolvimento sustentável, e estratégias com enfoque na educação vêm se tornando de fundamental importância frente ao agravamento dos problemas ambientais (Demarco *et al.*, 2015). Neste contexto, a Educação Ambiental (EA) deve ser entendida como um instrumento de transformação do pensamento social, através de uma reflexão de atitudes humanas e seus impactos diretos no meio em que vivemos. Diante da necessidade de mitigar impactos gerados pela ação do homem, faz-se necessária esta conscientização.

De acordo com as diretrizes e bases para a EA, ela deve ser trabalhada interdisciplinarmente em um processo transversal entre os diversos temas, e principalmente aos interligados à natureza (Brasil, 1996). Dessa forma, Miyazawa (2015) diz que, a EA no ambiente escolar deve ser voltada em uma profunda mudança de valores, e uma nova visão de mundo que induz novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), criado em 2008, deve ofertar e fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania (Pacheco, 2018) e na responsabilidade socioambiental.

O *campus* Monteiro do IFPB oferece cursos em diversos níveis: Profissionalizante, Técnico, Graduação e Pós-Graduação, com foco principal nas áreas de informática, educação, construção civil, música e, segurança e meio ambiente, os quais estão em sincronia com as demandas sociais, econômicas e culturais contemporâneas, e que permeiam a tríade de ensino, pesquisa e extensão nas questões de diversidade e de preservação ambiental.

Fica a cargo de instituições de ensino profissional, a veiculação do exercício da cidadania, através da mobilização da comunidade acadêmica para uma reflexão acerca de problemas que envolvam a sociedade. Dessa forma, os projetos de extensão surgem como uma forma de concretizar esta integração entre a academia e a sociedade através de ações voltadas a essas questões. Este fato, se valoriza ainda mais quando trabalhados projetos de cunho ambiental.

A extensão universitária associada às questões socioambientais e em sustentabilidade, permite uma compreensão crítica da realidade e a responsabilidade, enquanto cidadão, de todos os envolvidos, docentes, discentes e comunidade (Cabral *et al.*, 2021). Ao se deparar com essa relação, há de se destacar a importante função dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na promoção da cidadania e na integração dos diversos segmentos da sociedade.

Os ODS são o núcleo da Agenda 2030, que consiste em uma Declaração composta pelos 17 diferentes ODS, por 169 metas e com informações sobre os meios de implementação, participação, monitoramento e revisão (ONU, 2015). O III Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável deixa claro a importância de se garantir a educação para todos, como um direito público, pautado na qualidade, no desenvolvimento da EA e na condução das ações de implementação da Agenda 2030 (IDS, 2019).

Diante da perspectiva da influência positiva da extensão universitária nas questões ambientais, este trabalho buscou analisar as contribuições dos projetos de extensão desenvolvidos nos anos de

2017 e 2018 pelo *campus* Monteiro do IFPB, relacionados ao eixo meio ambiente, a partir dos ODS. Com isso, as informações aqui apresentadas poderão servir de base para futuros estudos, que possam mensurar e promover ações extensionistas no âmbito ambiental.

Breve evolução da extensão universitária

O ensino, a pesquisa e a extensão têm sido de fundamental importância para a formação de profissionais das diferentes áreas, contribuindo com a prática profissional e na relação universidade e comunidade. Porém, nem sempre foi assim. Entre esses três eixos, a extensão surgiu mais tardiamente, provavelmente pela sua natureza indisciplinar e/ou por estar voltada ao atendimento de um público heterogêneo, difuso e amplo (Paula, 2013).

Mesmo sendo o último eixo a surgir, a extensão não é tão recente. Mirra (2009) relata a Universidade de Cambridge (Inglaterra), no século XIX, como a pioneira na criação de um programa formal de cursos de extensão, ministrados pelos docentes da universidade a diferentes segmentos da sociedade. Em um breve período, havia projetos de extensão no continente europeu, chegando aos Estados Unidos da América (EUA) no final do mesmo século, logo foi criada a *American Society for the Extension of University Teaching* – Sociedade Americana para a Extensão do Ensino Universitário, tendo a Universidade de Chicago como a pioneira (Paula, 2013).

De acordo com Mirra (2009) e Paula (2013), em pouco tempo, a extensão universitária nos EUA começou a ganhar prestígio e visibilidade, desencadeando a modernização da tecnologia agrícola e favorecendo a educação continuada. A ideia, para Paula (2013, pp. 9-10), era “a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial”, diferente da vertente dos europeus, que buscava refutar as consequências mais nefastas do capitalismo.

No Brasil, no início do século XX, coincidindo com a criação do ensino superior, a extensão começou a ser implementada nas instituições de ensino superior em São Paulo, Rio de Janeiro, Viçosa e Lavras, sendo as duas últimas no estado de Minas Gerais, com a mesma vertente europeia (FORPROEX, 2012; Nogueira, 2005). Em 1931, o Decreto Federal nº 19.851 estabeleceu bases do sistema universitário brasileiro, mas não foi suficiente para a sua consolidação da extensão no país (Brasil, 1931).

A década de 1960 se destaca com a criação do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e do Projeto Rondon, como também, a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária, Lei nº 5.540/1968, que contribuíram para a promoção da extensão em território brasileiro (FORPROEX, 2012).

Segundo a Lei Básica da Reforma Universitária (Brasil, 1968), em seu Art. 20, “as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”, instituindo-se assim a extensão universitária.

Na metade da década de 1970, o então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior (MINTER) criaram a Comissão Mista CRUTAC/MEC – *Campus* Avançado/MINTER e a Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), que tinham o objetivo de institucionalizar e

fortalecer a Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). A primeira ação da CODAE foi a produção do Plano de Trabalho de Extensão, que visava coordenar as experiências de extensão em todo o território (FORPROEX, 2012; Mendes, Trevizan & Cunha, 1978).

A CODAE acabou sendo extinta em 1979, fazendo com que a política extensionista fosse parcialmente interrompida. Mas, em 1987, é criado o Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), atualmente Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, visto a inclusão dos Institutos Federais (IFs), que se destacou como um divisor temporal na consolidação da extensão universitária no Brasil: na construção da política de extensão vigente; nos instrumentos de avaliações e acompanhamento de ações de extensão; na concepção de extensão; e como principal interlocutor das ações de políticas de fomento à extensão (FORPROEX, 2012; Paula, 2013).

Em acordo com as diretrizes do FORPROEX, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 207, estabeleceu a autonomia das universidades e a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão: "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Brasil, 1988), fortalecendo o desenvolvimento da extensão em todas as instituições de ensino.

Os anos 90 se caracterizaram pelo avanço legal da extensão, partindo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394 de 1996, que estabeleceu a extensão universitária como uma das finalidades das universidades (Brasil, 1996), e por meio do Plano Nacional de Extensão, elaborado e aprovado pelo FORPROEX em 1998.

Assim, a década de 2000, a extensão universitária já se encontrava legalmente e institucionalmente amparada, tornando-se um instrumento de,

[...] inter-relação da universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de "interação dialógica" que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria universidade pública. (FORPROEX, 2012, pp. 17).

Em 2008, o antigo Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) foi restabelecido, pelo Decreto Federal nº 6.495/2008, com o nome Programa de Extensão Universitária (PROEXT), objetivando financiar unicamente projetos de extensão nas instituições públicas de ensino superior. Foi "um grande instrumento de política pública para o fortalecimento da extensão" (Lira Netto, 2019, pp. 64)

Hoje, a extensão universitária é organizada em oito áreas temáticas, que podem ser agrupadas e direcionadas ao enfrentamento das 4 questões contemporâneas: o direito à saúde, educação, trabalho e cultura; o direito ao meio ambiente saudável e sustentável; o direito à informação e à comunicação livres e qualificadas; o direito de apropriação e geração de novas tecnologias (FORPROEX, 2012).

Mesmo com todos os avanços aqui apresentados, o processo de evolução da extensão universitária não parou, pois, a cada dia, surgem novos conceitos, teorias e relações inerentes à construção do conhecimento acadêmico e social, solidariedade e sustentabilidade.

Meio ambiente e extensão universitária

Enquanto o processo de degradação do meio ambiente ainda era considerado lento, levando o homem a acreditar que a fonte destes recursos era “inesgotável”, não havia preocupação em se preservar o meio ambiente ainda no início do século XX. Porém, após a revolução industrial, percebeu-se que o homem estava afetando diretamente o equilíbrio ambiental com seus poluentes e com sua exploração insustentável, esgotando os recursos naturais do planeta.

No ano de 1970, houve em Estocolmo – Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, um marco, que ficou conhecida mundialmente como a Conferência de Estocolmo, e foi responsável por regulamentar e desenvolver o controle ambiental, a melhoria da relação entre o homem e a natureza, tendo como objetivo a redução dos problemas ambientais (Queiroz, 2007). Esse evento e outros que aconteceram periodicamente, levaram cientistas, governantes e a sociedade a pensarem em estruturas e estratégias de mitigar os danos ambientais desenvolvidos durante décadas.

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no Rio de Janeiro – Brasil, em 2012, acabou marcando um novo momento de mobilização social na criação de mecanismos institucionais voltados ao desenvolvimento sustentável que priorizam os interesses de todos, conhecidos como os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 1). Em 2015, os 193 Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) acordaram a adoção da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, pautada em suas três dimensões: econômica, social e ambiental, e estruturada nos ODS (CNODS, 2018).

No Brasil, houve um alinhamento dos seus objetivos aos ODS globais, que contou com o engajamento de órgãos ambientais federais, representantes de governos locais e da sociedade civil, na construção do documento “Agenda 2030: ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, que “indicam os caminhos a serem trilhados e as medidas a serem adotadas para promover o seu alcance” (IPEA, 2018, pp. 13).

Figura 1 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: Adaptado de CNODS (2018).

No contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, a Agenda 2030 ODS, com suas 169 metas, proporciona uma articulação entre governos e sociedade, inclusive instituições de ensino, com o objetivo de tentar mitigar e/ou reverter os impactos ambientais provenientes do processo exploratório desenfreado. Deste modo, um dos mecanismos de ação da Agenda é a de sensibilizar a população, que através do universo educativo, pode-se potencializar o engajamento dos diversos segmentos.

A extensão universitária se dá pela forma em que os acadêmicos podem aplicar o conhecimento teórico adquirido durante o seu processo de formação técnica, e assim, aproximar-se da sociedade e dos seus problemas (Menegon *et al.*, 2015). Ou seja, o projeto de extensão é elo entre a universidade e a sociedade. Trata-se, na verdade, de um intercâmbio, em que os estudantes colocam em prática os saberes adquiridos e, simultaneamente, trazem novos elementos para os seus campos disciplinares, retribuindo o investimento à comunidade, como diz Saviani (1991, pp. 50):

A responsabilidade é a de devolver, de restituir à sociedade algo daquilo que ela própria recebeu, que a universidade recebe da própria sociedade. Se uma universidade existe, se uma escola superior existe é porque a sociedade a sustenta; e se existem pessoas que têm condições de estudar em escolas superiores, isto é, porque a sociedade como um todo cria estas condições e permite que alguns tenham este privilégio de ascender aos estudos de nível superior. Ora, a este privilégio corresponde a responsabilidade de devolver na forma de serviços à sociedade aquilo que eles próprios recebem da sociedade.

O desenvolvimento de um projeto de extensão, por meio de intervenções educacionais ambientais na comunidade, como oficinas, palestras, cursos e ações, trabalha o processo de formação universitária embasada em uma pedagogia crítica que facilite a construção de novos conhecimentos, através de uma experiência mais próxima da realidade, analisando assim, todo o contexto social em que está inserido (Cruz *et al.*, 2011). Gonzaga (2015) enfatiza que, projetos de extensão universitária, quando relacionado à questão ambiental, podem ser de grande auxílio no processo de conscientização ambiental.

Sendo assim, a extensão no IFPB, trazendo em si um grande potencial interdisciplinar de uma visão integrada do social, pode ser um divisor de águas quanto à valorização do meio ambiente e no fortalecimento dos ODS.

Extensão no Instituto Federal da Paraíba

O IFPB e outras 37 instituições de ensino foram criados a partir da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, vinculada ao MEC. A proposta era criar uma nova matriz institucional de caráter vertical, com diferentes níveis e modalidades de ensino em um mesmo ambiente educacional e que viabilizasse um intenso processo de expansão em todas as unidades federativas (Juracy, 2009).

Essa instituição se originou a partir da fusão do consolidado Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal (EAF) de Sousa, e já contava com 04 *campi* na sua formação: Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Sousa, que compreendiam a primeira expansão. No período de 2008 a 2010, foi deferida a segunda expansão/interiorização da educação profissional no estado da Paraíba, com a criação de mais 05 *campi*: Cabedelo, Monteiro,

Patos, Picuí e Princesa Isabel. Entre os anos de 2014 e 2018, período da terceira expansão, o IFPB passou de 09 *campi* para 21 *campi*, distribuídos em todas as 12 regiões geoadministrativas do estado, ou seja, um aumento de 12 *campi*, além da reitoria: Areia, Cabedelo Centro, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa – Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade (Araújo & Cabral Neto, 2020).

O novo modelo de estrutura, mais aproximado do modelo de universidade, visou ocupar um espaço estratégico, com a expansão física e de pessoal proporcionou a ampliação de cursos nas diversas áreas, principalmente cursos superiores de licenciaturas. Para Pacheco (2018), o Instituto Federal se caracteriza como um novo tipo de instituição de ensino, focado e comprometido na transformação social e desenvolvimento nacional, que permite o acesso à educação para milhões de brasileiros, pois abrange os diversos níveis de ensino.

O artigo 2º da Lei nº 11.892/2008 conceitua os IFs como

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (Brasil, 2008).

A pluralidade e a proposta dos IFs fizeram com que a interiorização do IFPB conseguisse atingir jovens em suas cidades, em cidades vizinhas e, muitas vezes, de outros estados, que, devido a questões econômicas, não conseguiriam se manter em cidades grandes, como João Pessoa e Campina Grande, onde se observava a concentração das instituições públicas de ensino superior, principalmente (Araújo & Cabral Neto, 2020). Tal fato é compreendido através do desempenho geoespacial da Rede Federal de Ensino Profissionalizante que apresenta a área de influência direta dos *campi*, em torno de 50 a 60 quilômetros da sede do *campus* (TCU, 2011). Como exemplo, o *campus* Monteiro tem influência sob os municípios vizinhos dos estados da Paraíba e Pernambuco (Figura 2).

Figura 2 - A influência geoespacial do campus Monteiro.



Fonte: Adaptado de IFPB (2013).

O movimento de expansão do IFPB também proporcionou crescimento na extensão, que nesta instituição não contempla apenas ao ensino superior, mas, também, os ensinos técnicos e de pós-graduação, visto os objetivos dos IFs, que de acordo com a Lei nº 11.892/2008, busca

Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. (Brasil, 2008b).

A extensão no IFPB, de acordo com a Resolução nº 246 de 2015, que dispõe sobre o Estatuto do IFPB nos termos da legislação em vigor, deve se verticalizar com o ensino e estar integrada a pesquisa, ou seja, indissociável entre si (IFPB, 2015). A mesma estabelece o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), um órgão colegiado, que visa elaborar e atualizar normas, ações, planos, etc., sobre o ensino, pesquisa e extensão, respeitando as competências legais do Conselho Superior e da Reitoria (IFPB, 2015).

O CEPE é composto pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE), Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) e por representantes dos *campi*. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura tem como atribuições formular, promover, planejar, fomentar, coordenar, acompanhar e elaborar políticas de extensão e cultura, interação entre o instituto e a comunidade, normas e diretrizes para editais, relatórios, bem como práticas e ações acadêmicas de extensão e cultura, por meio da articulação de atividades de extensão categorizadas pelo FORPROEX em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços (IFPB, 2015).

Atualmente, a organização hierárquica da PROEXC e das coordenações de extensão e cultura das unidades permitem que a extensão consiga atingir todos os 21 *campi* do IFPB, nas mais diversas áreas. Além disso, há os editais anuais de fomento a propostas e ações de extensão, que contemplam todos os *campi*, com destaque ao Edital do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura (PROBEXC). Outros fatores que favorecem a extensão na instituição são:

- o crescimento anual das publicações de projetos de extensão;
- a inclusão das atividades de extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, como Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares (AACC);
- a promoção da extensão por meio de eventos, como o Encontro de Extensão e Cultura (ENEX) do IFPB, que chega a sua 6ª edição em 2021; e
- a criação do periódico quadrimestral Revista PRAXIS: Saberes de Extensão em 2013, que tem como objetivo a publicação e divulgação de produções resultantes de atividades de extensão do instituto e de outras instituições, desenvolvidas em nível nacional e internacional (IFPB, 2021).

Vale salientar, que, desde sua criação, o IFPB firma parcerias, convênios e/ou acordos de cooperação, público-privadas ou público-público, de incentivo e financiamento a projetos de extensão, sendo uma das competências das Coordenações de Extensão e Cultura dos *campi* (IFPB, 2015). Além

disso, há projetos de extensão que são vinculados de forma voluntária pelo servidor coordenador, que, em alguns casos, já têm a estrutura necessária ou um parceiro social para a execução do projeto, como projetos de cunho ambiental aplicados em escolas ou empresas.

Neste contexto, mesmo observando todo o avanço, consolidação e consonância da extensão no IFPB com o princípio da indissociabilidade, conforme recomenda a Constituição Federal de 1988, ainda há algumas limitações que desfavorecem o avanço da extensão nesta e em outras instituições públicas de ensino no Brasil, como exemplos: a ausência de uma matriz orçamentária para a extensão nas instituições de ensino; o congelamento contínuo de verbas da educação; e a carência da curricularização da extensão no currículo dos cursos regulares, das modalidades presencial e à distância.

Metodologia

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória e descritiva. Para Lakatos e Marconi (2010), uma pesquisa descritiva descreve, analisa, classifica, interpreta e registra informações do problema, sem interação do pesquisador, possibilitando maior familiaridade. Ainda, segue uma abordagem qualitativa, porém, não se descarta a abordagem quantitativa. Segundo Lüdke e André (1999), uma pesquisa não é só qualitativa, pois, durante o estudo, o pesquisador poderá manipular variáveis com aspectos quantitativos.

Nesta pesquisa, utilizou-se as informações de 24 projetos de extensão executados no *campus* Monteiro do IFPB, nos anos de 2017 e 2018, período após o início da promoção dos novos ODS, que ocorreu em 2015.

Considerando o tipo da pesquisa, este trabalho compreendeu três etapas, conforme Silva e Fossá (2015): pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados e interpretações.

A pré-análise, primeira etapa, permitiu a construção do referencial teórico a partir da triagem, no *Google Scholar*, e leitura de trabalhos técnico-científicos, como artigos, trabalhos de conclusão de curso, resumos expandidos, livros, relatórios e documentos oficiais, por exemplo, que tivessem alicerçadas numa perspectiva crítica e relacionadas com o tema desta pesquisa. Ainda na pré-análise, buscou-se determinar a amostragem da pesquisa por meio da obtenção de informações secundárias sobre os projetos de extensão, aprovados nos anos de 2017 e 2018, disponíveis no *site* da PROEXC/IFPB e no banco de dados da COEXT/*campus* Monteiro.

Na segunda etapa, exploração do material, já portando das informações dos relatórios dos projetos de extensão, identificou-se quatro projetos que tinham relação direta com a questão ambiental. A partir daí, realizou-se a caracterização dos projetos e classificação de categorias seguindo a orientação dos 17 ODS e suas metas, visando a relação com a Agenda 2030. Vale destacar que os demais projetos de extensão foram excluídos da amostra, pois não apresentavam os critérios de pertinência deste estudo, que era a contribuição direta ao viés ambiental. Porém, é importante esclarecer que todos os outros projetos de extensão, não selecionados, atendiam ao menos um dos ODS.

As pesquisas realizadas na primeira etapa fomentaram a discussão na última etapa, tratamento dos resultados e sua interpretação. Os dados obtidos permitiram a criação de tabelas, utilizando

os *softwares* do pacote *Microsoft Office* versão 365, que facilitaram a visualização das informações e o fechamento da pesquisa com a discussão acerca da colaboração dos projetos de extensão na promoção dos ODS na comunidade e a formação acadêmica e profissional dos envolvidos.

Resultados e discussões

A fase de seleção dos projetos de extensão ligados ao *campus* Monteiro, possibilitou identificar 4 (quatro) projetos que contemplaram as questões ambientais, sendo 1 (um) desenvolvido em 2017 e os outros 3 (três) em 2018. As informações prestadas nos relatórios desses projetos de extensão permitiram: caracterizá-los; analisá-los de acordo com as metas dos ODS; e relacioná-los quanto à promoção dos ODS.

Caracterização dos Projetos de Extensão Selecionados

Os projetos de extensão selecionados tinham abordagens metodologias distintas, mas objetivavam, semelhantemente, o fomento a sustentabilidade, nas mais diversas áreas do conhecimento:

- Primeiro projeto: Trabalhou a utilização da isogravura, por meio de uma matriz elaborada em isopor (podendo ser reutilizada), como instrumento pedagógico lúdico. Objetivando incentivar a livre expressão e a criatividade através da arte, a partir de 16 oficinas de isogravura em escolas públicas, urbanas e rurais, e instituições de convivência nos municípios paraibanos de Monteiro, Zabelê, Camalaú, Congo e Cabedelo, atingindo a participação de 360 pessoas. Como também, trabalhou a produção de cartazes com temas relacionados à inclusão e sustentabilidade;
- Segundo projeto: Desenvolveu a temática do reuso dos Resíduos da Construção Civil (RCC), com a produção de peças de concreto para a pavimentação, que tinham adição de 10% de resíduo de marmoraria. O procedimento metodológico para a fabricação das peças foi apresentado por meio de uma oficina em uma Organização Não Governamental (ONG) socioambiental, localizada no município da Prata-PB, e, posteriormente, divulgado com a comunidade acadêmica do *campus*;
- Terceiro projeto: Este projeto objetivou o intercâmbio de Tecnologias Sociais (TS) entre o *campus* Monteiro e uma ONG, localizada no município da Prata-PB, como forma de difundir o conhecimento adquirido e construído na academia para a sociedade. As TS foram apresentadas, primeiramente, no Encontro de Tecnologia da Construção (ENTEC), realizado pelo próprio *campus*, e por meio de oficinas, que priorizaram a participação de pedreiros da região;
- Quarto projeto: O projeto buscou criar uma coleção zoológica didático, a partir de amostras encontradas nos laboratórios de biologia e química do *campus* Monteiro e de doações provenientes da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e de colaboradores internos e externos, que auxiliou as aulas de biologia dos diversos cursos técnicos integrado ao ensino médio do *campus*. Bem como, permitiu a confecção de cartazes sobre o tema, distribuídos no *campus*, e postagens informativas em redes sociais. Além das aulas, a coleção foi apresentada na Mostra de Pesquisa, Inovação e Extensão, durante a Semana de Tecnologia e Arte (TEAR)

do *campus* Monteiro. Vale destacar que, a coleção zoológica possibilitou contextualizar o conteúdo teórico, tornando as aulas mais dinâmicas e participativas.

A análise dos projetos de extensão permitiu organizar uma síntese das informações, como o ano de desenvolvimento do projeto, ação específica, número de colaboradores envolvidos (discentes e servidores) e público-alvo atingido (Tabela 1).

Tabela 1 - Síntese das informações sobre os projetos de extensão, com ênfase nas questões ambientais, selecionados para este estudo.

Ano	Ação Específica	Nº de discentes e servidores envolvidos	Público-alvo
2017	Promoção da isogravura em isopor.	17 discentes e 06 técnicos administrativos	Crianças e Jovens
2018	Produção de peças de concreto com uso de resíduos da construção civil.	04 discentes e 03 docentes	Jovens e Adultos
2018	Promoção das tecnologias sociais.	05 discentes e 02 docentes	Jovens e Adultos
2018	Construção de uma coleção zoológica didática.	07 discentes e 01 docente	Jovens

Fonte: Autores (2021).

As ações de extensão desenvolvidas por esses projetos conseguiram envolver 33 (trinta e três) discentes do *campus* Monteiro, que participaram como agentes ativos dentro do processo de troca de ensino-aprendizagem com a comunidade, como estabelecido pelo Estatuto do IFPB (IFPB, 2015). Para Milagre *et al.* (2020), a extensão universitária permite que os estudantes tenham ciência de que o conhecimento adquirido, em sala, pode fazer o diferencial na sociedade. Que, segundo Saviani (1991), essa troca é a resposta ao compromisso firmado entre a universidade e sociedade, no qual devolve-se o investimento recebido pela sociedade.

Um diferencial é a participação de técnicos administrativos coordenando projetos de pesquisa e extensão, como evidenciado no projeto de 2017. É importante destacar que a coordenação de projetos de extensão não é exclusiva para docentes. No âmbito do IFPB, o coordenador deve ser um servidor efetivo (docentes ou técnicos administrativos), substituto ou em cooperação técnica, que não esteja afastado, em licença ou aposentado (IFPB, 2021). Há instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que permitem que os projetos também sejam coordenados por servidores aposentados (UFES, 2014), algo relevante, visto a bagagem de conhecimento e experiência desses servidores.

Quanto aos parceiros sociais, todos os projetos selecionados tiveram a contribuição de ao menos um parceiro. Seja ONGs, outras instituições de ensino, órgãos públicos, empresas privadas ou sociedade civil, é fundamental que a extensão universitária crie possibilidades de socialização, acordos e parcerias, por exemplo, que permitam atingir os seus objetivos e o maior número de pessoas envolvidas. O IFPB (2015), em seu Estatuto, deixa claro que está aberto a formalizar parcerias, quando solicitado.

Análise e Enquadramento dos Projetos de Extensão

Após a caracterização dos projetos de extensão selecionados, buscou-se codificar as ações dos projetos, por meio dos objetivos dos projetos, apontar o público-alvo e relacionar os projetos com os 17 (dezesete) ODS e suas metas (Tabela 2), para esses dois últimos, utilizou-se os resultados obtidos pelos projetos.

É importante enfatizar que a ONU propôs 169 (cento e sessenta e nove) metas globais distribuídas entre todos os objetivos, deixando a cargo de cada país aceitar, recusar ou propor novas metas. Com isso, o Brasil aceitou 167 (cento e sessenta e sete) metas e propôs 8 (oito) novas metas, que se relacionam ao perfil do país, totalizando 175 (cento e setenta e cinco) metas nacionais (IPEA, 2018), disponíveis no documento Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Metas Brasileiras, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Tabela 2 - Relação dos projetos de extensão, estudados neste trabalho, com os ODS.

Ação Específica	Público-alvo	Codificação das Ações do Projeto	Categorias	Metas Específicas
Promoção da isogravura em isopor.	Crianças e Jovens	Educação; sustentabilidade; mitigação da poluição.	ODS4 ODS11 ODS12 ODS17	Meta 4.7 Meta 11.4 Meta 12.5 Meta 17.16
Produção de peças de concreto com uso de resíduos da construção civil.	Jovens e Adultos	Resíduos sólidos; produção sustentável; oportunidade de fonte de renda; mitigação da poluição.	ODS9 ODS11 ODS12 ODS17	Meta 9.4 Meta 11.6 Meta 12.5 Meta 17.16
Promoção das tecnologias sociais.	Jovens e Adultos	Construções sustentáveis; educação; resíduos sólidos; inclusão social; oportunidade de fonte de renda; mitigação da poluição.	ODS4 ODS6 ODS9 ODS11 ODS12 ODS15 ODS16 ODS17	Meta 4.4 Meta 4.7 Meta 6.6 Meta 6.b Meta 9.4 Meta 11.3 Meta 12.2 Meta 12.5 Meta 12.8 Meta 15.3 Meta 15.6 Meta 16.10 Meta 17.16
Construção de uma coleção zoológica didática.	Jovens	Educação; gestão sustentável; preservação da biodiversidade.	ODS4 ODS11 ODS12 ODS16 ODS17	Meta 4.4 Meta 4.7 Meta 11.4 Meta 12.8 Meta 16.10 Meta 17.16

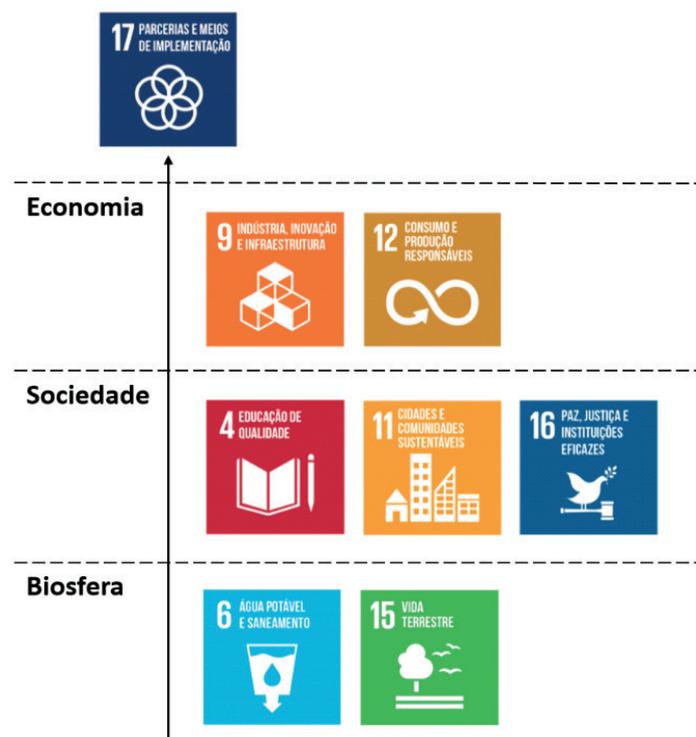
Fonte: Autores (2021).

Os resultados obtidos mostram que as ações desenvolvidas pelos projetos de extensão selecionados têm adesão a 8 (oito) dos 17 (dezesete) ODS, sendo eles: ODS9 e ODS12 no eixo economia; ODS4, ODS11 e ODS16 no eixo sociedade; ODS6 e ODS15 no eixo biosfera; além do ODS17, que está presente em todos os projetos (Figura 3), pois, de acordo com Raeder e Menezes (2019, pp. 22), ele é “a base para a implementação e acompanhamento de progresso dos demais”. Além de 15 (quinze) metas das 175 (cento e setenta e cinco) metas nacionais, tendo como mais relevantes as metas:

- 4.4 – Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais;
- 4.7 – Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável.

Logo, ao estudar a relação dos projetos com o número de objetivos e metas atingidos, observou-se que as ações extensionistas desenvolvidas no *campus* Monteiro, com o viés das questões ambientais, conseguiram promover a interiorização dos objetivos no município de Monteiro e região, proporcionando uma oportunidade para mitigar os efeitos da disparidade regional, social e econômico tão presentes (Brasil, 2017).

Figura 3 - ODS promovidos nos projetos de extensão selecionados.



Fonte: Autores (2021)

Além do ODS17, os ODS11 e ODS12 foram contemplados em todos os projetos, pois estimulam a inclusão, segurança, resiliência e sustentabilidade nas cidades e assentamentos humanos, como também, asseguram padrões de produção e de consumo sustentáveis (IPEA, 2018), salve as metas brasileiras:

- 11.3 – Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos;
- 11.4 – Fortalecer as iniciativas para proteger o patrimônio natural e cultural do Brasil, inclusive seu patrimônio material e imaterial;
- 11.6 – Reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os indicadores de qualidade do ar e a gestão dos resíduos sólidos;
- 12.2 – Alcançar gestão sustentável e uso eficientes dos recursos naturais;
- 12.5 – Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reuso de resíduos;
- 12.8 – Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável.

Os projetos atendem algumas das estratégias propostas no relatório final do 3º Encontro Nacional da Rede ODS Brasil, que ocorreu em Brasília – Distrito Federal, no ano de 2018, e teve a participação de membros de 15 (quinze) Unidades Federativas, no que se refere a: realização de oficinas que formem pessoas multiplicadoras; focar em temas, como educação, territórios, sustentabilidade, etc.; e criar ações e mobilizações em que o poder público e parceiros contribuam com produção de conhecimento e qualificação (Menezes, 2018).

Extensão Universitária e a Promoção dos ODS

A extensão universitária tem o papel de motivar a inteligência da universidade na busca de enfrentar as questões contemporâneas, do ponto de vista da solidariedade e sustentabilidade, envolvendo docentes, discentes, técnicos administrativos e a comunidade, sem impor, prescrever ou ditar, mas compartilhando, dialogando e interagindo (Paula, 2013), as diretrizes para as ações de extensão (FORPROEX, 2012, pp. 29): "Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social".

Seguindo as diretrizes pautadas, a extensão universitária pode ser uma grande aliada no processo de interiorização dos ODS, visto a análise e enquadramento dos projetos de extensão estudados neste trabalho. Porém, como já discutido no referencial teórico, dentro das três dimensões da universidade, a extensão é a mais recente e ainda carece de atenção, investimento e critérios de valorização. A ausência de critérios ou indicadores padronizados de valorização das ações de extensão "pode ser uma das causas que explicam um menor número de docentes desenvolvendo tais práticas" (Kienetz *et al.*, 2020, pp. 113) e, de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, um menor número de adesão, gera menor atuação da universidade diante da sociedade (FORPROEX, 2012).

Para Kienetz *et al.* (2020) e Veras (2014), a utilização de indicadores, também conhecidos como instrumentos de gestão, são fundamentais para as etapas de monitoramento e avaliação de ações, programas, projetos, etc., pois permitem acompanhar o alcance das metas, o que deve continuar e/ou melhorar, corrigir problemas, entre outros. Desse modo, trazendo para os projetos de extensão avaliados, ao conhecê-los, é possível propor políticas institucionais de suporte e financiamento para futuros projetos que promovam os ODS, dado a estratégia de internalização da Agenda 2030 em território nacional, que faz parte do Plano de Disseminação da Agenda 2030 (CNODS, 2018).

Contudo, o investimento financeiro para a extensão só "é viabilizada na medida em que há direcionamento de recursos para fomentar suas atividades" (Lira Netto, 2019, pp. 115). Ou seja, os investimentos em atividades de extensão estão diretamente ligados ao repasse de verbas do Governo Federal, que, em caso de cortes, são facilmente afetados. A pesquisa de Lira Netto (2019), que objetivou analisar a aplicação de recursos na área de extensão no âmbito do IFPB entre os anos de 2015 e 2017, mostrou uma queda no orçamento destinado à extensão no ano de 2017. Segundo o autor, a queda pode ser atribuída à promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que teve a finalidade de reduzir investimentos públicos nas áreas de saúde e educação, por exemplo.

Nessa linha de pensamento, Kienetz *et al.* (2020, pp. 113) complementam dizendo que, ainda há ciclos viciosos "em que a extensão não se desenvolve porque não está presente na matriz orçamentária, mas não há matriz porque não possui indicadores para avaliação de resultados". Esse fato foi destacado no trabalho de Santos *et al.* (2021), que avaliou 40 ações extensionistas aprovadas pela Universidade de Pernambuco (UPE), desenvolvidas nos anos de 2018 e 2019, por meio dos indicadores de avaliação da extensão universitária definidos pelo FORPROEX, para, a partir da obtenção de um panorama, permitir traçar novos objetivos, metas e orçamento.

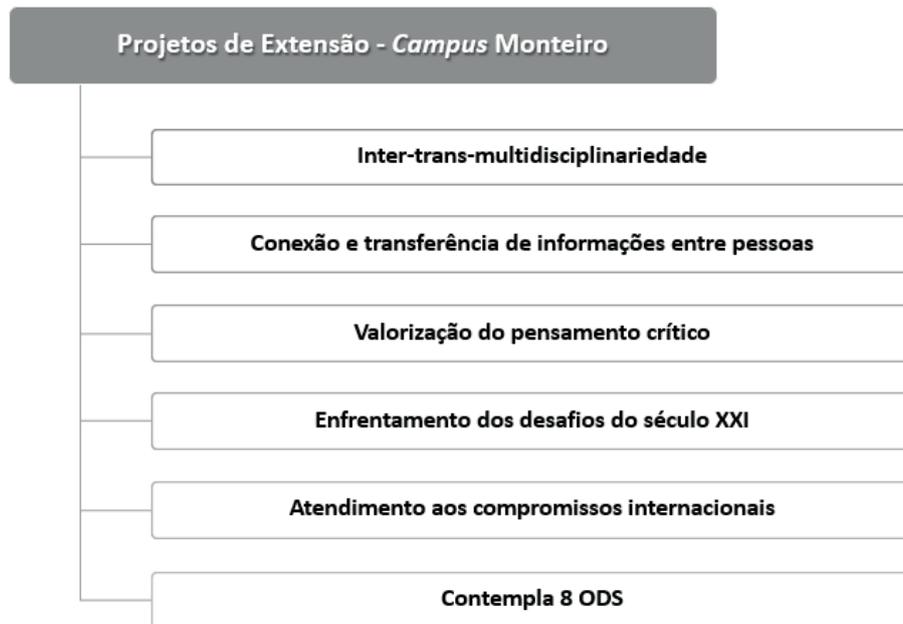
Os ODS podem, para Cabral *et al.* (2021, pp. 14), "representar o caminho orientador para o redesenho de um quadro institucional na educação" que busca ampliar "a participação dos estudantes na extensão, valorizando uma dinâmica que priorize o desenvolvimento local e regional", como também, ampliar os princípios do desenvolvimento sustentável e a sensibilização ambiental. Ou seja, podem servir de indicadores institucionais para estruturar futuros investimentos.

A importância dos ODS diz respeito ao compromisso mundial firmado por países em torno de uma agenda positiva de desenvolvimento, que promove a equidade social, a prudência ecológica e a viabilidade econômica (Brasil, 2017). Para tal, é fundamental que haja investimento financeiro e a participação do maior número possível de agentes multiplicadores em ações e programas alinhados a esse compromisso, como os projetos de extensão, por exemplo.

Outro fator que deve ser estimulado nos projetos de extensão, são as parcerias. A meta 17.16 da Agenda 2030, orienta que, para alcançar os ODS é necessária a "mobilização e fortalecimento de parceiros que possam trazer e usar efetivamente todo o conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros disponíveis para o desenvolvimento sustentável" (IPEA, 2018, pp. 487), relevantes para a concretização dos objetivos dos 4 (quatro) projetos estudados. Por outro lado, como abordado por Milagre *et al.* (2020), dependendo da relação entre a universidade e instituições, ONGs e/ou comunidade, por exemplo, pode surgir algumas barreiras que inviabilizam a execução ou avanço da extensão, como a falta de diálogo.

Visando a promoção dos ODS, a avaliação dos projetos de extensão selecionados neste trabalho, permitiram destacar 6 (seis) fatores/experiências relacionados ao contexto educacional e ao compromisso da Agenda 2030 (Figura 4), que proporcionam uma reflexão positiva sobre o “processo aberto, inclusivo e transparente” (Cabral *et al.*, 2021, pp. 13) das atividades de extensão na mudança de pensamento e nos benefícios para todos os envolvidos.

Figura 4 - Fatores/experiências dos projetos de extensão selecionados no contexto educacional.



Fonte: Autores (2021)

Os fatores/experiências relacionados aos projetos de extensão desenvolvidos no *campus* Monteiro respondem o que determina o Estatuto do IFPB, na medida em que incentiva a prática acadêmica no desenvolvimento da consciência social, ambiental, cultural e política dos estudantes; na relação do instituto com a comunidade; na articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão; e nas questões de interdisciplinaridade e contextualização durante o processo de ensino-aprendizagem (IFPB, 2015). Logo, essas contribuições permitiram perceber a territorialização da Agenda 2030, no tocante aos ODS, e o papel do IFPB na região.

Considerações Finais

A ideia inicialmente proposta por este trabalho, antes da adesão à Agenda 2030, era apenas conhecer o perfil dos projetos de extensão desenvolvidos no IFPB *campus* Monteiro, que abordaram as questões ambientais, em um biênio. Porém, o avanço da leitura para a elaboração do referencial teórico ampliou as opções de estudo e possibilitou trabalhar indicadores de avaliação em projetos de extensão, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com um novo objetivo traçado, o trabalho conseguiu imprimir um retrato parcial de 4 (quatro) projetos de extensão desenvolvidos no *campus*, no tocante às propostas e ações, público-alvo, segmentos envolvidos, categorias e ODS desenvolvidos.

A partir da caracterização dos projetos, percebeu-se a importância dos parceiros sociais no desenvolvimento da extensão universitária no *campus*, visto a participação de outras instituições de ensino, ONG's e pessoas físicas. Além disso, vale destacar o alcance da interação com a comunidade, que foi algo marcante no projeto das isogravuras, que promoveu cultura e sustentabilidade em municípios da região do Cariri e litoral paraibano.

Quanto os ODS, os projetos conseguiram contribuir em 8 (oito) objetivos, que promovam a inter-trans-multidisciplinaridade, a troca de conhecimento, a valorização do pensamento crítico, o diálogo, a experiência na prática, o enfrentamento dos desafios do século XXI e a resposta aos compromissos internacionais ligados a Agenda 2030.

Ressalta-se que a proposta de se trabalhar apenas com projetos de dois anos, serviu para se ter uma imagem da possibilidade de adesão aos indicadores de avaliação, que valorizem, não só a extensão universitária, mas as demais dimensões: ensino e pesquisa, e que, por meio da apresentação de informações, possam fomentar a tomada de decisão referente a políticas extensionistas e estruturação orçamentária para o avanço de projetos.

Neste sentido, como proposta de trabalhos futuros, aponta-se a necessidade de conhecer as características e contribuições dos projetos de extensão, de todas as áreas, desse e de outros *campi* do IFPB, a partir de indicadores de avaliação, como os propostos neste trabalho ou pelo FORPROEX, que possam ser padronizados, realizados periodicamente e que possibilitem traçar metas e orçamento para tal.

REFERÊNCIAS

Araújo, M. S. V.; Cabral Neto, A. (2020). Expansão da Educação Superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: Os Delineamentos no Período 2008-2015. *HOLOS*, Ano 36, v.4, e9903. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2020.9903>

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: *Senado Federal*.

Brasil. (1931). Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao *systema universitario*, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF.

Brasil. (2008a). Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária – PROEXT. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.

Brasil. (1968). Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.

Brasil. (2008b). Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.

Brasil. (2017). *Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Brasília:

Secretaria de Governo da Presidência da República/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Cabral, N. R. A. J.; Silva Neta, M. L.; Silva, A. C. (2021). Projeto de Extensão: As contribuições para o alcance da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. *Revista Conexão UEPG*, Ponta Grossa, Paraná, v. 17, n. 1, p. 01-16. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.17.17142.016>

CNODS – Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. (2018). *Relatório de Atividades 2017-2018*. Brasília: CNODS.

Cruz, B. P. A.; Melo, W. S.; Malafaia, F. G. B.; Tenório, F. G. (2011). Extensão universitária e responsabilidade social: 20 anos de experiência de uma instituição de ensino superior. *Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 06-16, set./dez. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v5i3.450>

Demarco, J. O.; Cadore, J. S.; Inselsperger, V.; Rodrigues, A. C.; Fortes, P. R. (2015). Extensão Universitária na Conscientização Ambiental em Escolas de Educação Básica. *Revista Monografias Ambientais*. Santa Maria – RS. 2015. p. 101-107. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236130818747>

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*.

Gonzaga, E. A. R.; Silva, M. M. E.; Araujo, E. H. (2015). A importância dos projetos de extensão para a sensibilização ambiental: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia. *Revista em Extensão*, v. 13, n. 2, p. 61-70, 11 fev. <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/download/27589/16079/>.

IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade. (2019). *III Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil*. São Paulo: IDS/ Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. https://gestos.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio_luz_portugues_19_download_v3.pdf.

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (2013). *Campus Monteiro*. http://editor.ifpb.edu.br/reitoria/assessorias/assessoria-especial/arquivos/documentos/IFPB%20_%20Apresentacao%20de%20Informacoes_Campus%20Monteiro.pdf

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Conselho Superior. (2015). *Resolução n° 246, de 18 de dezembro de 2015*. Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. João Pessoa: Conselho Superior. <https://www.ifpb.edu.br/guarabira/noticias/2016/09/eleicoes-para-conselho-diretor-do-campus-guarabira/estatuto-do-ifpb.pdf/view>.

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (2021). Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. IFPB, João Pessoa. <https://www.ifpb.edu.br/proexc>.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2018). *Agenda 2030 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: proposta de metas Brasileiras*. Brasília: IPEA. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433.

Juracy, C. (org.). (2009). *Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões*. Natal: Editora IFRN.

Kienetz, T. B.; Vieira, K. M.; Visentini, M. S. (2020). Extensão Universitária: Avaliar para evoluir. *Revista Teoria e Prática em Administração*, v. 10, n. 1, p. 111-118, jan.-jun. DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/2238-104X2020v10i1-48519>

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7ª edição. São Paulo: Atlas.

Lira Netto, J. C. (2019). *Gastos Públicos e Execução Orçamentária: Uma Análise da Aplicação de Recursos na Área de Extensão no âmbito da Reitoria do Instituto Federal da Paraíba IFPB, no período de 2015 a 2017*. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação

Superior). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 139.

Lüdke, M.; André, M. D. A. (1999). *A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

Mendes, I.A.C.; Trevizan, M.A.; Cunha, A.M.P. (1978) Campus Avançado como Extensão Universitária. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 31 (1). Jan-Feb. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-716719780001000005>

Menegon, R.; Lima, M. R. C.; Lima, J. M.; Romero, L. R. (2015). A importância dos projetos de extensão no processo de formação inicial de professores de educação física. *Jornada do Núcleo*. UNESP. <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/a-importancia-dos-projetos-de-extensao.pdf>.

Menezes, P. M. (Org.). (2018). *3º Encontro Nacional da Rede ODS Brasil: Relatório Final*. Brasília: Rede ODS Brasil. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3249>

Milagre, R. A.; Falcão, L. D. C.; Moreira, I. T. (2020). A Extensão Universitária no IFPB e sua Relação com a Sustentabilidade em Cabedelo/PB. *Revista Conexão UEPG*, Ponta Grossa, Paraná. v. 16, e2016335, p. 01-18. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.16.16335.049>

Mirra, E. (2009). *A Ciência que sonha e o verso que investiga*. São Paulo: Editora Papagaio.

Miyazawa, G. C. M. C. (2015). Projeto de Extensão "Educação Ambiental na Prática". *Ambiental MENTE sustentável*. São Paulo. Julho - dezembro, ano X, vol. II, núm. 20, páginas 891-904. https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/22248/AS_20_2015_art_53.pdf?sequence=3

Nogueira, M. D. P. (2005). *Políticas da Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ONU – Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova Iorque: ONU. <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication>.

Pacheco, E. M. (2018). *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: MEC/Setec. <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstfedera.pdf>.

Paula, J. A. (2013). A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão*, v. 1, n. 1, p. 05-23.

Queiroz, A. M. D. (2007). Meio Ambiente e Solidariedade: uma análise da experiência de extensão da Universidade Estadual de Montes Claros. *Boletim Goiano de Geografia*. Montes Claros, vol. 28, n. 2, p.221-228. <https://www.redalyc.org/pdf/3371/337127150015.pdf>.

Raeder, S. T. O.; Menezes, P. M. (2019). A relação entre interdisciplinaridade e a implementação da Agenda 2020. *Revista Parcerias Estratégicas*, v. 24, n. 49, p. 9-28. http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/928.

Santos, H. R. M.; Batista, B. S.; Ribeiro, M. L. F.; Mendes, J. S. (2021). Extensão Universitária na UPE Multicampi: Avaliação dos Indicadores de 2018 e 2019. *Revista Práxis: saberes da extensão*, João Pessoa, v. 9, n. 19, p. 63-76, jan./abr. DOI: <http://dx.doi.org/10.18265/2318-23692021v9n19p63-76>

Saviani, D. (1991). *Ensino Público e Algumas Falas Sobre Universidade*. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Ed. São Paulo: Cortez: Autores associados. v.10.

Silva, A. H.; Fossá, M. I. T. (2015). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica*, v.16, n. 1, p. 1-14. <http://arquivo.revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>.

TCU – Tribunal de Contas da União. (2011). *Relatório de Auditoria Operacional sobre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – do MEC*. TC 026.062/2011-9. Brasília, DF: TCU/SEPROG.

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. (2014). *Resolução n° 46, de 09 de outubro de 2014*. Dispõe sobre as normas que regulamentam a extensão na Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_46.2014.pdf.

Veras, M. (2014). *Gerenciamento de Projetos: Project Model Canvas (PMC)*. Rio de Janeiro: Brasport.

DATA DE SUBMISSÃO: 11/03/2023

DATA DE ACEITE: 31/07/2023